

O conceito de fundo territorial para analisar a formação territorial do Oeste Catarinense entre 1880 a 1940

Cristina de Moraes

✉ cristina.moraes@udesc.br

Resumo

O presente trabalho apresenta uma proposta teórica metodológica para estudar a geografia histórica do Oeste catarinense para contemplar um conjunto de eventos e práticas espaciais que ocorreram no período de 1880 a 1940. Esta proposta surgiu do intuito de extrapolar as abordagens majoritárias, as quais colocam em enfoque questões geográficas e/ou históricas emergidas a partir da colonização europeia (1917/1920). O conceito de fundo territorial (MORAES, 2002) é indicado como central para analisar conjuntamente as práticas e eventos que ocorreram antes, durante e após a colonização. O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: uma breve introdução sobre as motivações acadêmicas do desenvolvimento da pesquisa; seguido de uma explanação sobre as implicações do atual conhecimento da formação territorial do Oeste catarinense; como terceira parte é discutido sobre a capacidade explicativa de alguns conceitos que são usados para abordar o histórico territorial do objeto de estudo e por fim, como parte final, são apresentadas as contribuições que o conceito de fundo territorial pode trazer para entender a referida área.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: Conceitos, moldura interpretativa, fundo territorial, Oeste Catarinense, colonização.

Introdução

Com algum tempo vivido em ambiente acadêmico, intrigava a minha atenção o fato de que alguns assuntos não integravam grande parte das temáticas discutidas em eventos científicos regionais. Também não estavam presentes no conteúdo de disciplinas ofertadas para entendimento da região Oeste e, assim, essa ausência se prolongava para outros espaços/momentos: discussões, diálogos e seminários. As pesquisas institucionais, sobretudo na Geografia, demonstravam a mesma carência para com a temática. Tal constatação deixava a interpretação de que estava implícito que o pensamento científico partilhava da concepção de que o Oeste catarinense tem seu surgimento após e com a colonização moderna (1917), de modo que os eventos precedentes ao movimento migratório eram concebidos como não integrantes do Oeste, situados em um passado desvinculado, sem conexão com o contexto atual e mesmo com o espaço produzido durante a colonização (início do século XX).

Nessa abordagem majoritária¹, é raro conceber, em um mesmo campo analítico, a colonização com os seguintes eventos: o litígio de Palmas/Misiones – quando aparece é abordado somente nos seus aspectos diplomáticos; o litígio entre as oligarquias paranaense e catarinense pela definição das divisas territoriais, ou ainda a importância da Colônia Militar do Chapecó para formação do território² não tem recebido estudos geográficos. Esses eventos são parcamente explorados como constituintes da formação territorial e, quando são incorporados, formam uma construção interpretativa e enunciativa que os coloca como momentos “do antes do Oeste”, propondo, implicitamente, que não integram o que hoje é realidade naquele referido espaço, ou que não há relação com a colonização e a formação socioespacial que existe atualmente. Embora existam referências a esses eventos, ainda demandam uma análise mais acurada de suas relações, das articulações estabelecidas entre as práticas espaciais, dos desígnios, dos discursos desses momentos, que (majoritariamente) são postos como separados. A impressão é a de que existia (e existe) um campo temático com uma metodologia e estrutura de abordagem que orienta como o Oeste catarinense deve ser analisado, interpretado ou como devem ser efetuadas as suas temporalidades. Disso emerge outra indagação: Qual (ou quais) a implicação que a permanência dessa concepção ainda possui no desenvolvimento de pesquisas e de conceitos, visões e métodos

¹ Essa abordagem majoritária que me refiro é a proposição que o Oeste catarinense tem na colonização o seu momento fundante. Essa ideia aparecerá ao longo do texto identificada como moldura interpretativa.

² Dos três eventos mencionados, a atuação da Colônia Militar é aquela que tem menor incidência.

investigativos, para uma compreensão do Oeste catarinense, no seu passado e no seu presente? Ao propor uma outra análise geográfica, que temáticas podem emergir? Também parece ser ainda necessário realizar um esforço para refletir sobre as potencialidades e retrações/fechamentos de investigação e entendimento que a adoção de determinados conceitos e abordagens acabava por ocasionar. Em outras palavras: a atual concepção, majoritária e consolidada de que o Oeste tem seu início a partir da colonização permite explorar quais campos analíticos, quais temáticas e como estas têm sido submetidas metodologicamente. Os conceitos de fronteira agrícola, frentes pioneiras e colonização, que são muito presentes na literatura que estuda esta região, possibilita uma leitura com os eventos que ocorreram no final do século XIX? Convém realizar um esforço de indagação sobre como conceitos empregados ampliam ou reduzem o ângulo de investigação e permitem que um conjunto de problemas seja analisado. Buscou-se construir uma abordagem alternativa que conseguisse incorporar eventos significativos e silenciados sem abrir mão de um certo rigor metodológico intrínseco a natureza científica, que resultou na tese de doutoramento³ na qual, além de introduzir a análise a partir do conceito de fundo territorial, também foi considerado como primordial, as práticas espaciais que foram empregadas para integrar esta porção do espaço, bem como as diferentes naturezas de espaço destas práticas e a articulação de diferentes escalas.

Expressão como “Antes do Oeste catarinense”⁴ demonstra com precisão uma interpretação que funciona como um corte epistemológico, que impõe aquilo que pode ou não ser estudado ou ainda, considerado como parte dessa sociedade. Esta última consequência dialoga diretamente com os interesses das oligarquias nas suas diferentes escalas durante a transição do Oitocentos para o Novecentos, que visavam construir uma imagem de nação cuja população não fosse constituída por negros, mestiços, indígenas e pobres livres. Trata-se de uma visão que pode ser identificada como uma moldura interpretativa que orienta o olhar e pensamento e, por conseguinte, acaba por provocar um processo de silenciamento nos eventos, fatos, escalas geográficas e agentes que antecederam a colonização europeia em Santa Catarina.

Ainda sobre a moldura interpretativa, tem como consequência dessa postura metodológica, o fato que as relações de poder e toda a engenharia social usada que

³ MORAES, Cristina de. Uma velha moldura habitada por silêncios, um fundo territorial e seis verbos para integrar: a formação territorial do Oeste catarinense (1880-1940). Rio Claro, São Paulo, 2018.

⁴ SILVA, Augusto; ROSA, Adenilson da. Antes do Oeste Catarinense: aspectos da vida econômica e social de uma região. In: Fronteiras: Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n.18, p.139-160, 2010. (Edição em 2011)

antecedeu a comercialização de terras permanecem pouco analisadas, quando não esquecidas. Portanto, existe uma necessidade de discussão direcionada à formação territorial exatamente no período do finissecular Oitocentos e as primeiras décadas do século XX, para tentar romper com essa noção. Se pensarmos em escala mundial, esta transição secular é o período da mundialização do capitalismo e consolidação da divisão internacional do trabalho. Um processo que direcionou intensas transformações espaciais, sociais e culturais em diferentes lugares do mundo. Ao meu ver, tais acontecimentos estão relacionados à produção do espaço que ocorreu nos Campos de Palmas exatamente neste mesmo período.

Os conceitos e suas abordagens: Sertão, fronteira (agrícola/econômica), frentes pioneiras e colonização

Como é próprio da pesquisa científica, os conceitos empregados para explicitar o objeto de estudo ocupam um lugar central, visto que é a partir deste que há um direcionamento da interpretação. Para a formação histórica ou socioespacial do Oeste catarinense é possível encontrarmos alguns conceitos que se repetem na literatura, portanto, é sobre estes que o presente item aborda. São os seguintes conceitos: sertão, fronteira (agrícola/econômica), frentes pioneiras e colonização.

É necessário pontuar aqui como o cabedal teórico, ensaístico e literário, que pode ser usado para estudar a expansão realizada sobre um espaço, é compreendido a partir da sua capacidade explicativa para atender a problemática da pesquisa. É importante situar as aberturas ou os fechamentos de interpretações a partir dos empregos conceitual e teórico adotados, pois a temática espacial para além de reflexões científicas tem aparecido como um lugar de destaque no pensamento social e político brasileiro quando se aborda a formação do território e, também, a própria formação da sociedade brasileira. No íterim desta última vertente, a temática da fronteira agrícola tem sido empregada para discorrer sobre os momentos fundantes, ou sobre o início da formação de um lugar/município ou região. E se pensarmos a respeito do Oeste de Santa Catarina, o termo “colonização” pode ser identificado como o termo correlato que exerce a mesma estrutura explicativa daquela desempenhada pela palavra fronteira agrícola.

É mister entender que, do ponto de vista do controle estatal, o processo de integração estava alicerçado, principalmente, no espraiamento da sociedade brasileira e no desenvolvimento econômico em áreas incorporadas e não incorporadas, os quais demandam um conjunto de intervenções territoriais (controle da terra e gestão territorial, cartografização, resolução das disputas territoriais etc). Esse processo de espraiamento demográfico é associado e tem sido

estudado por meio do conceito de fronteira ou cognatas como frente/franja pioneira de autoria de Monbeig. A reflexão sobre os desdobramentos do uso dessas teorias espaciais ou de conceitos espaciais para entendimento da sociedade faz-se pertinente pois as representações geográficas do país foram parte do cabedal de temáticas que estão relacionadas à constituição da identidade brasileira (RAIMUNDO, 2004; 2000; MORAES, 2002; SOUZA, 1998, OLIVEIRA, 1998). O território passou a ser o elemento estruturador da memória coletiva para arguir sobre a identidade nacional, sendo possível indicar como temáticas recorrentes a questão de integridade e dimensão do território, e a prática da conquista territorial das áreas “vazias” no interior do Brasil. A conquista de referidas áreas tem sido lançada como momento fundante das sociedades regionais e locais por repetir a mesma façanha na qual o pensamento social tem creditado a emergência da essência da identidade nacional: a conquista de áreas interioranas pelas bandeiras (tanto pelo espraiamento da população quanto pela criação material de condições para recorrer ao *uti possidetis* com a dilatação das fronteiras políticas). Conforme lembra Oliveira (2000), as bandeiras têm sido apresentadas como “o evento original que fez nascer a nação” (2000, p. 80), que “confirmando a importância do espaço na construção da identidade nacional, encontra-se a questão do ponto zero da história do país, do evento histórico original que fez nascer a nação: as bandeiras” (OLIVEIRA, 2000, p.08).

Para interpretação dessa expansão espacial que ocorreu nos séculos XIX e XX tem-se recorrido a interpretações que remetem ou demonstram alguma apropriação da *frontier thesis* elaborada por Frederick Jackson Turner (1893), quando o mesmo dissertou sobre a expansão ao Oeste dos EUA, retomando também o mito da fronteira daquele país. Desse conjunto de teorias é possível indicar a proposta de frentes pioneiras de Monbeig e também da fronteira/frente de expansão indicada por Martins – que versa de forma muito oposta a Monbeig/Turner, mas emprega o mesmo termo⁵.

A Teoria Das Frentes Pioneiras apresentada em 1966⁶, integra significativa parte da produção teórica de Monbeig é fonte de controvérsias sobre sua adesão ou não aos interesses de modernização do território elucubrados pela classe dominante do período, em especial a cafeeira. A Teoria das Frentes Pioneiras pode ser indicada

⁵ Ainda é possível indicar os seguintes autores que tentaram estabelecer aproximações entre a tese turneriana e a expansão do capital no Brasil: Roy Nash (1926), J.F. Normano (1935), Lombardi (1975) e Katzman (1975). NOGUEIRA, 2013.

⁶ Pierre Monbeig foi um geógrafo francês que integrou a missão francesa de criação de cátedras no Brasil. Especificamente Monbeig auxiliou a fundar a USP na década de 1930. Na França foi aluno de Vidal de La Blache e Albert Demangeon, importantes nomes da escola francesa. De 1937 a 1946 foi Presidente da Associação dos Geógrafos do Brasil.

como uma proposta estratégica para o momento em que o país estava sendo alterado por uma série de políticas econômicas e territoriais⁷, cujos contexto histórico e assunto se convergiam. É interessante destacar que a elaboração teórica de Monbeig ocorre no próprio contexto da expansão territorial do capitalismo e trata-se de aspectos que são imbricados, inclusive implicando na elaboração teórica efetuada, visto a proximidade do autor com autoridades políticas do período⁸.

Na proposta que predominou a partir de Monbeig as franjas pioneiras ou fronteiras agrícolas podem ser compreendidas como áreas do mundo que estavam em processo de incorporação ao ecúmeno, áreas estas que eram representadas como de natureza hostil, bruta e ainda não dominada. Não destoando dessa leitura, as populações que ocupavam essas áreas também eram compreendidas de forma pejorativa seja no âmbito cultural, social, econômico ou tecnológico, por meio de uma interpretação que pressupõe uma naturalização do sujeito que a habita.

A construção teórica de Monbeig trata-se de uma postura que adotou um ponto de vista parcial da expansão do capital. Uma concepção que tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor como sendo os agentes de transformação da paisagem (MARTINS, 2012). Afirmar que referidas figuras não estão relacionadas às mudanças paisagísticas e dos arranjos que são construídos na expansão dessas populações seria incorrer em um (evidente) erro. Todavia, trata-se de uma perspectiva que, ao considerar as demais populações como transitórias, transforma a sua eliminação em uma fatalidade inevitável. Desconsidera, ainda, as diversidades de relações espaciais que podem ser estabelecidas, visto que a concepção de limites territoriais (seja do Estado, seja da propriedade de terras) é arbitrária.

Para Martins (2012), essa perspectiva traz como componente problemático o predomínio de uma única visão em relação aos sujeitos envolvidos nesse movimento territorial do capital.

Quando difundiram no Brasil o conceito de frente pioneira, os geógrafos mal viam os índios no cenário construído por seu olhar dirigido. Monbeig define os índios alcançados (e massacrados) pela frente pioneira no oeste de São Paulo como precursores dessa mesma frente, como se estivessem ali transitoriamente, à espera da civilização que acabaria com eles. A ênfase original de suas análises estava no reconhecimento das mudanças radicais na paisagem pela

⁷ Além da análise pela paisagem, é coerente destacar a contribuição a partir da análise por redes e também da criação de regiões como etapa seguinte da expansão da frente pioneira.

⁸ NOGUEIRA, 2013.

construção das ferrovias, das cidades, pela difusão da agricultura comercial em grande escala, como café e o algodão (MARTINS, 2012, p.135).

O escopo da abordagem das franjas pioneiras não integra o conjunto de violência material e simbólica, parte intrínseca da expansão do capital. O enfoque de Martins é empregar de forma conjunta os agentes apreendidos na concepção de fronteira com aqueles que integram a frente de expansão. A fronteira para Martins pode ser compreendida como espaço de conflito, do encontro com o Outro, ou como sugere o próprio título da obra do autor, dos confins do humano desvelado pelo contato e pela violência. A abordagem presente na argumentação contempla a exploração da força de trabalho camponesa, com diferentes meios de obtenção da renda da terra não capitalista (OLIVEIRA, 1998), como a peonagem, parcerias e a imposição de trabalho cativo, atribuindo destaque à subordinação do trabalho camponês ao capital, especialmente no processo de formação das fazendas (com os trabalhos de desmatamento, destocamento, preparação e cultivo). Um dos pontos fundamentais que o autor traz em significativa parte das suas publicações é a incorporação de terras e produção de mercadorias, as quais são executadas a partir de relações não capitalista, mas que são incorporadas a economia capitalista. Desse modo, a produção não capitalista, mas subordinada ao capital, é um aspecto fundamental para a compreensão do processo de expansão territorial do capitalismo, como uma especificidade do desenvolvimento desse modelo econômico no Brasil⁹. Essa proposta de Martins consegue contemplar questões sociais, como a articulação do trabalho familiar caboclo do Brasil meridional com a economia de erva-mate (produto de grande importância no comércio dos estados brasileiros meridionais).

Outro conceito que também aparece, seja na literatura acadêmica seja do pensamento social é o termo sertão. Este último configura um conceito espacial e massivamente empregado no pensamento político brasileiro e que pode ser situado como uma herança linguística e da política expansionista lusitana. A identificação de áreas que foram assim chamadas não possui características naturais semelhantes que viabilize referida identidade, não sendo, portanto, uma obra da natureza (MORAES, 2003, p. 02). Dessa forma, a designação de “sertão” presente nos documentos de caráter técnico, saiu dos gabinetes para endossar práticas políticas e econômicas nas primeiras décadas do século XX, sendo acompanhada da

⁹ E sobretudo para entendermos como o minifúndio e a mão-de-obra familiar, ambas especificidades do Oeste de Santa Catarina são articuladas a produção capitalista. Isso também pode ser estudado em “Os colonos do vinho” de Tavares dos Santos.

proposição de transformação espacial por povo ideal. Conforme Moraes, “sertão” está vinculado a uma área de expansão, indica uma direção para o avanço de uma dada sociedade. Na linguagem lusitana, “as terras interiorizadas, quiçá percorridas, mas não oficialmente mapeadas, dava-se o nome de sertão”. Essas geralmente eram as áreas “apartada do mar, & por todas as partes metida entre terras” – cabendo à ação humana dilatar os confins (BUENO, 2010, p.298).

A contar da transição de um regime escravagista para um desenvolvimento de economia baseada no trabalho livre (1880-1930¹⁰), houve uma adaptação também no conjunto nas representações e nos discursos que consubstanciavam os processos territoriais de expansão desse modelo econômico. A passagem de Oliveira (1998) é exemplar para indicar esse acomodamento de termos.

A categoria de fronteira seria resultado da mudança de perspectiva em relação ao sertão, já que estaria relacionada aos processos econômicos de incorporação e ocupação de "vazios demográficos". A noção de fronteira seria capaz de diluir a dicotomia litoral/sertão, já que significa a oportunidade de chegada da civilização-litoral ao sertão-interior, conciliando a qualidade positiva do litoral a civilidade com a crença de que no interior/sertão está preservado um Brasil autêntico.

O termo “sertão” indicando o espaço de avanço foi anterior ao emprego dos termos “fronteira” e “frente pioneira” e esteve presente no vocabulário toponímico da expansão espacial durante o período lusitano como no período do Brasil monárquico. Para a incorporação do espaço que hoje é o Oeste catarinense, foi empregado conjuntamente com termos e referências que lembram as práticas expansionistas norte-americanas e suas ideologias correspondentes – destino manifesto, doutrina Monroe, *frontier thesis* e mito da fronteira. Ou seja, no espaço-tempo analisado observamos elementos do pensamento luso (sertão) e da nova influência norte-americana captada pela intelectualidade e políticos atuantes no referido período. O ensaio de Arthur Ferreira da Costa¹¹ que integrou a Bandeira Konder (1929), é exemplar nessa associação. A nomeação da comitiva que sai da capital Florianópolis para passar por várias localidades até chegar no Extremo Oeste já é sugestiva dos arcabouços interpretativo e associativo que foram realizados na mesma. No artigo “O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista” é possível verificar essa associação:

¹⁰ SAES, 2016; FERNANDES, 1981.

¹¹ O autor ocupava o cargo de Chefe de Polícia do estado de Santa Catarina no referido período.

Essa jornada, verdadeira “**bandeira**” empreendida nos dias que vivemos, tem características de coragem, de ousadia, de resistência, de abnegação, que lembram os gestos de nossos maiores, quando se internavam pelos **sertões**, desbravando o desconhecido e levando aos rincões mais afastados o cunho de conquista brasileira, assegurando pela posse largos domínios para a nossa nacionalidade. Também se fizeram conquistas, se não de terras, pelo menos de populações brasílicas que se estavam desnacionalizando, pelo abandono completo em que viviam, sem a mínima ligação com a nossa pátria e totalmente alheias da **comunhão nacional**. (COSTA, 1929, p. 07)

Quando observamos aquela riqueza imensa e morta por falta da vivificação da inteligência e do trabalho do homem, nos lembrávamos de tantas pessoas que se apoquentam pela ânsia de um miserável emprego público e comparávamos aquele cenário e as recompensas que ele encerra ao que se vê em magníficas películas cinematográficas americanas, sobre os tesouro do mesmo Oeste daquele grande país, formulas admiráveis de propaganda em favor do trabalho dos campos e da possibilidade que o homem tem de fazer fortuna pessoal e de contribuir para a grandeza de sua pátria (...) (COSTA, 1929, p. 48).

O Oeste, neste caso, não aparece como a direção a ser conquistada, como ocorreu com a produção discursiva da Marcha para Oeste, no Governo Vargas. Mas faz referência à região dos Estados Unidos (embora deve ser considerada que esta região é muito associada a expansão territorial da sociedade estadunidense). Aqui, a relação entre Oeste e avanço territorial é mais histórica do que simbólica – como passou a ser após a política varguista. Em outras passagens, o termo refere-se à localização geográfica em oposição ao Leste. Para o Oeste de Santa Catarina é possível observar uma mistura desses usos. Encontramos o termo “sertão” – que lembra mais o cabedal discursivo da Coroa Lusitana e Império do Brasil – e, também encontramos termos e associações que remetem à recente influência do pensamento social norte-americano, possivelmente advindo da aproximação política entre Brasil e EUA naquele contexto¹². Ao que indica, após a conclamação da Marcha para o Oeste realizada pelo Presidente Vargas e a produção literária e teórica em torno desse movimento (seja para o Centro-Oeste brasileiro, Oeste do Paraná ou Oeste paulista), a expansão sobre áreas economicamente não

¹² Período este que é também identificado pela americanização das relações exteriores do Brasil.

incorporadas ao interior do território passaram a ser explicadas (teoricamente ou ideologicamente) a partir da proposição da fronteira agrícola/frentes pioneiras, empregando o termo Oeste para designar a direção do avanço. Em momentos anteriores, em vez do termo Oeste, poderíamos encontrar a expressão “sertão” como condição atribuída para indicar o local a ser alcançado pela expansão, independentemente de suas características físicas.

Ainda nesta temática é possível encontrar as interpretações acerca do papel das bandeiras e dos bandeirantes, como agentes fundamentais para construir o país – seja os limites territoriais, seja para a interiorização de uma determinada sociedade (geralmente do litoral que se espalha sobre o sertão). Nessa leitura chama a atenção que permanece uma associação entre a formação nacional brasileira e a conquista de espaços. Decorre daí a possibilidade das teorias sobre fronteira/franjas/frentes serem indicadas com uma manifestação de gêneros literários cujo conteúdo converge com os desígnios políticos que estavam incrustados no desenvolvimento territorial do capitalismo, mas disseminados como fundamentais e inexoráveis à formação de uma nação.

A aproximação entre a teoria das fronteiras e essência da nacionalidade é também encontrada nos EUA com a *frontier thesis* de Turner e tem servido como inspiração para que setores tecessem aproximações dessa teorização com os movimentos de expansão para os fundos territoriais no Brasil. Para Turner, foi a conquista das terras abertas situadas no Oeste que serviu como condicionante para transformar o imigrante europeu em uma personalidade essencialmente *yankee*, demarcada pela conquista espacial. Essa última passa, então, a fornecer as condições econômicas para o crescimento e pujança dos EUA. Percebe-se, portanto, uma tentativa de aproximar ou de notabilizar uma importância semelhante entre os pioneiros norte-americanos e os grupos sociais que no Brasil desempenharam uma função parecida: desde os bandeirantes a colonos-migrantes no Oeste de Santa Catarina e Paraná, fazendeiros a ocupar o Oeste paulista ou ainda o Centro-Oeste na conhecida Marcha para Oeste. Nessas aproximações são forjadas as atribuições para esses sujeitos de fundação e instituição dos espaços sociais e arranjos geográficos decorrentes dessa marcha.

É sabido que o Presidente Getúlio Vargas instituiu a ocupação do Centro-Oeste como política nacional durante o século XX, alicerçada no desenvolvimento da economia, também creditando nesse movimento expansionista de caráter econômico a consolidação das bases da Nação, que no pensamento varguista traduzia o verdadeiro significado brasileiro como a Marcha para o Oeste. No

discurso proferido em 31 de dezembro de 1937¹³, Vargas convidava a população para seguir os passos dos primeiros pioneiros que atingindo o coração do continente que conquistaram as fronteiras territoriais. Ainda, discursava que na conquista da fronteira econômica estava a essência da brasilidade.

A mensagem do Presidente Getúlio Vargas, expressa o vínculo criado entre a espraiação social e o avanço econômico como uma manifestação na nacionalidade brasileira que remonta a ação dos bandeirantes a definir as fronteiras internacionais. Assim, ao associar o significado “verdadeiro” da identidade nacional brasileira às bandeiras criam-se chaves explicativas que possibilitam a replicação dessa interpretação para outros contextos. A “Marcha para o Oeste”, transcorrida durante o governo varguista (1930-1945), compartilhou temporalmente com a produção literária, que visava contribuir para o projeto de modernização territorial e da sociedade. Assim, vários setores culturais afinados com a ideologia do Estado Novo contribuíram para a edificação de uma perspectiva interpretativa que reforçava a nacionalidade brasileira na conquista de espaços e na sua inserção na órbita do Estado e economia capitalista. Esses setores articulavam-se como importantes elementos que legitimavam a decisão político-administrativa e o conjunto de produção literária que, além de um possível endosso, serviram como disseminadores da interpretação que toma a conquista capitalista de espaços como manifestação da essência nacional.

Compete, ainda, fazer mais algumas considerações sobre o emprego político-estratégico de significações geográficas, e as interpretações acerca dos mesmos. Nesse movimento de expansão, o qual é narrado e lembrado com tonalidades épicas, emergem, então, os bandeirantes como a figura mais representativa da nacionalidade, a qual tem recebido constantemente atualizações ao longo dos movimentos de expansão do capital no Brasil, para identificar qual é o outro protagonista que no seu devido tempo repete a função de conquistar espaços e fundar sociedades. Para esses “novos bandeirantes”, encontramos correspondência aos colonos-migrantes, imigrante, fazendeiros, empresas-colonizadoras, ou seja, aquele conjunto de agentes que ao ocuparem um novo espaço, passam a desenvolver práticas econômicas capitalistas (ou submetidas a esse pela mercadoria) e ampliam o controle do Estado nessa área, tendo sido associados a termos como “desbravadores, pioneiros” e, em alguns casos, como *bandeirantes*.

¹³ No limiar do ano de 1938 (Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanaraba e irradiada para todo o país, à meia noite de 31 de dezembro de 1937), Brasil: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getuliovargas/discursos-1/1937/08.pdf/at_download/file

Ainda, observa-se, que o conjunto de memórias, personagens e eventos que integram a colonização tem sido explorado como o momento fundante do Oeste catarinense. E que, portanto, a colonização recebeu significação cognata à fronteira ou à franja pioneira (mesmo que o evento da colonização oestina de SC ocorreu antes da Marcha para o Oeste instituída pelo governo Vargas, a função explicativa a partir da significação atribuída é semelhante). Para esse evento, é coerente retomar que a criação oficial do município de Chapecó em 1917 (que nas proporções originais correspondia a praticamente todo o Oeste catarinense), logo após o acordo de limites com o estado paranaense, demarca a implantação e o desenvolvimento de uma série de políticas públicas territoriais e não territoriais, estando dentre as consequências um expressivo aumento demográfico e a criação de núcleos coloniais que posteriormente tornaram-se municípios.

Deve-se considerar que, como a memória adotada no discurso oficial e na historiografia é inserida na identidade/história/memória de Santa Catarina, o ângulo de abordagem tende a ser a partir da definição dos limites em 1916, dado que a partir dessa data que legalmente o controle catarinense é estabelecido nessa área, seguindo da intensificação da colonização, a partir de 1917.

Nessa perspectiva, observa-se que a colonização tem sido lançada como o mito fundante (CHAUÍ, 2000), no sentido antropológico em que se torna uma resolução para resolução de conflitos. O mito fundador pode ser compreendido como “aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (CHAUÍ, 2000, p.09). É importante destacar que este discurso fundador tem sua pertinência articulada não necessariamente com sua materialidade, mas sim com a sua força histórica. Ou seja, a capacidade de significação veiculada possui para influenciar relações sociais, leituras e relações com o espaço, bem como a interpretação que é construída sobre essa sociedade. Ainda é da própria Chauí (2000) a distinção entre fundação e formação, pensando a partir de mito fundador.

Quando os historiadores falam em formação, referem-se não só as determinações econômicas, sociais e políticas que produzem um acontecimento histórico, mas também pensam em transformação e, portanto, na continuidade ou na descontinuidade dos acontecimentos, percebidos como processos temporais. Numa palavra o registro da formação é a história propriamente dita, aí incluídas suas representações, sejam aquelas que conhecem o processo histórico, sejam as que o ocultam (isto é, as ideologias).

Diferentemente da formação, a fundação se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar (CHAUÍ, 2000, p. 09-10).

A diferenciação entre fundação e formação que a filosofia faz é fundamental e pertinente para pensarmos sobre a constituição das entidades espaciais e suas “histórias oficiais”. É evidente que existe uma diferença entre fundação e formação, logo, o próprio evento da colonização que consubstancia a data da fundação adquire outros significados do que a formação. Porém, acredito e muito, que além de destacar as diferenças das palavras (na perspectiva abstrata da língua), é preciso pensar sobre a capacidade explicativa que esses conceitos adquiriram no interior de campos temáticos já consolidados, atentando para a materialidade da linguagem. As formas de abordagem já formatadas, com ênfase na colonização como marco zero ou como momento fundante (que é posto como explicador de tudo, mas em uma explicação restrita a uma escala local e/ou regional), implicam não apenas na justaposição das palavras, dos itens dos textos, mas funcionam, também, como tomadas de posição investigativa, um espectro de visão que é fornecido pelo teor dos conceitos. Logo, se não questionarmos como o conceito da colonização (e o evento que o moldou) tem sido inserido e como isto está implicando diretamente no norteamento das pesquisas acerca do contexto histórico-geográfico em que o Oeste catarinense passou a ser assim representado, creio que ficamos atrelados a um significado superficial, não questionado, embora muito empregado.

Parece ser crucial entendermos como a construção dos sentidos das palavras, da própria linguagem como materialidade, é fundamental para apreendermos os processos histórico-geográficos na sua concretude. Isto evita partir da premissa de que a linguagem seja um bloco homogêneo (acatando a dimensão abstrata da língua), cujo significado seja universal, sempre único e asséptico a qualquer dimensão histórica. Além da mudança de significados que pode ocorrer ao longo do tempo, também precisamos estar atentos para a dimensão política que alguns significados passam a compor, bem como observar como referidas significações podem estruturar perspectivas interpretativas e/ou produzir silenciamentos¹⁴. Para Bosi, autor que reflete sobre como os eventos concretos constituem e moldam os significados nas palavras, afirma que a

¹⁴ ORLANDI (1992).

colonização não pode ser tratada como uma simples corrente migratória: ela é a resolução de carências e conflitos da matriz e uma tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e o semelhante que tem acompanhado universalmente o chamado processo civilizatório (Grifos meu. BOSI, 1992, p.13)

Se pensarmos na resolução de conflitos que a colonização do Oeste catarinense resolvia, é possível encontrarmos na historiografia e também em trabalhos acadêmicos que a resolução era de caráter agrário, representada pelo esgotamento de terras disponíveis para novas unidades produtivas no Rio Grande do Sul. Mas, além disso, é preciso considerar que o momento de crise de acumulação no Velho Mundo na expansão territorial para desenvolver a própria resolução (temporária) engendra um desenvolvimento social e espacial desigual, mas articulado. A ampliação da escala de análise, rejeitando uma leitura local e regional (proposta pela historiografia oficial) permite apreender esse movimento territorial do capital e sua implicação nessa porção do mundo, situado nos confins do Brasil meridional. Logo, para além de identificar o significado de colonização, de fundação e de formação, é interessante pensar e repensar as aberturas e os fechamentos de interpretação que estão implícitos na forma como vem sendo empregado o momento da colonização no entendimento da formação do Oeste catarinense. E mais que realizar uma análise atrelada ao emprego das palavras no enredo textual, é salutar analisar como a enunciação das informações é organizada. São elas que permitem ver as diferenças de abordagem que aparecem em cada escolha teórico-metodológica das pesquisas.

Nesta perspectiva, é pertinente indagar como um itinerário intelectual de pesquisas, conceitos, desconstruções e revisões na ciência geográfica tem se posicionado frente aos acontecimentos histórico-geográficos. A forma como os conceitos (a exemplo fronteiras, franjas pioneiras, colonização etc.) e a postura metodológica (o recorrente corte a partir da colonização) têm sido submetidos a reflexões para avaliar o potencial explicativo tem contribuído ou não para que determinadas visões ideológica impostas pela classe dominante sejam ainda conservadas (intencionalmente ou não), o que torna cada vez mais robusta a sua consolidação.

Afirmar que no interior do pensamento social brasileiro tem-se consolidado a interpretação de origem, fundação e construção dos lugares (em suas diferentes escalas geográficas) é recorrente a atribuição para a chegada de (i) migrantes, é insistir em uma discussão praticamente consolidada. Disso, reitera-se que aqui e acolá nos deparamos com essa mesma interpretação (consciente ou não) nas

próprias investigações científicas. Para exemplificar o raciocínio, recorro a uma situação própria do desenvolvimento da pesquisa de doutoramento. Em uma das primeiras avaliações às quais esta pesquisa foi submetida, sustentava-se a construção de uma abordagem teórica e de um estudo sobre a formação territorial do Oeste catarinense entre 1840-1930. Em uma das primeiras avaliações às quais essa pesquisa foi submetida, ouvi como parecer a clara e decisiva resposta do avaliador de que não daria em nada, porque não há nada para estudar nessa região antes da colonização. A interpretação do avaliador não foi um acaso ou uma exceção, inclusive em outras ocasiões recebi indagações semelhantes¹⁵. Essas abordagens expressam o quanto a interpretação de “marco zero” está consolidada no pensamento social e também no interior da academia. E para o Oeste catarinense, a colonização tem sido posta como o marco zero, independentemente se for retomado versando sobre a criação dos municípios após o acordo limítrofe em 1916 (menos frequente e vinculada a historiografia oficial), ou a partir da criação dos núcleos coloniais (abordagem majoritária).

Porém, para uma perspectiva territorial do capitalismo, do controle estatal brasileiro e, sobretudo, do conjunto de eventos cumulativos que não desaparecem da geografia material quando é alterado o domínio sobre essa área esse enfoque é limitado. E além da limitação, consubstancia o discurso da classe dominante que tende a reforçar os ditos heróis, ocultando o conjunto de intervenções territoriais e ideológicas necessárias para que essa área fosse brasileira e catarinense. Oculta, igualmente, o conjunto de conflitos estabelecidos entre Estados e do Estado/oligarquias e capital estrangeiro/nacional com a população local. Ao suprimir esse conjunto de embates e violências que atravessaram grupos sociais dessa região recusa-se um exercício de buscar na história as origens das condições sociais que esses grupos atualmente enfrentam. Também é negligenciada a possibilidade de aprofundar estudos sobre o processo de produção do conhecimento geográfico desta região, que envolve desde descrições, levantamentos topográficos, toponímias existentes, entre outros.

¹⁵ Outra abordagem recorrente ou a qual foi recorrentemente aconselhada para esta pesquisa, é a discussão e estruturação do trabalho a partir da dicotomia colono-migrante x caboclo, da migração. Essa temática fornece elementos e discussões interessantes para serem exploradas e que elucidam a formação territorial, porém, uma abordagem geográfica pode ir além disto, pode explorar os gradativos trabalhos de controle do espaço e do tempo, das representações geográficas, etc. A impressão que sentia era que o Sul, especificamente o Oeste de SC se reduzia a dicotomia (i)migrante x caboclo/índio/brasileiros, etc.

Uma proposta geográfica para o Oeste Catarinense entre 1880 a 1940: O conceito de fundo territorial

Fundo territorial corresponde a um conceito elaborado sobre a perspectiva de compreender a valorização simbólica e material atribuída a determinados espaços no processo de expansão geográfica ocidental. Embora quando o autor Moraes (2002) disserta sobre este conceito está abordando a expansão colonial e a conquista dos espaços, portanto, grande parte de seu pensamento e análise contemplam o período colonial, o raciocínio elaborado é válido até atualidade e sobretudo, para compreender o Oeste de Santa Catarina entre 1880 a 1940.

A partir da análise da apropriação e valorização espacial empreendida pelos lusitanos, Moraes apresenta os seguintes conceitos: zona de difusão que são os “núcleos de assentamento original que servem de base para os movimentos expansivos posteriores”; região colonial que corresponde a consolidação destes núcleos de difusão; áreas de trânsito que são espaços sem ocupação perene, recém ocupados e/ou com colonização não consolidada e por fim, os fundos territoriais. Este último corresponde às áreas de conhecimento incerto, que aparecem genericamente nas cartografias da época (as vezes com a significação de sertão). É importante mencionar que são espaços que não foram devidamente incorporados pelos colonizadores. São espaços que na ótica do colonizador, poderão ser alvos de apropriação espacial no futuro. Um fato importante a ser mencionado é que mesmo que ainda não tenham sido incorporados efetivamente à exploração econômica, não significa que não tenham sido valorizados, pois foram alvos de significações que funcionam como etapas da apropriação, consubstanciando as disputas de poder pela partilha dos espaços. A definição destas partilhas espaciais (e conseqüentemente, partilha de possíveis fundos territoriais) estavam ancoradas em acordos diplomáticos, os quais também eram passíveis de revisão e nova partilha.

Ocorre que o Estado territorial que caracteriza a organização política da maioria dos países, inclusive daqueles que foram colônias, possuíram como patrimônio territorial áreas que não estavam necessariamente incorporadas à dinâmica econômica e social do grupo de poder que assume um determinado Estado. E isso é muito visível para o caso brasileiro, visto que o Brasil é um país cujas dimensões do patrimônio territorial são superiores às áreas efetivamente ocupadas por este tipo de sociedade¹⁶ e delimitadas, seja no momento da independência política, seja no momento da resolução do último litígio territorial

¹⁶ E aqui é importante considerar também as áreas indígenas e/ou povos tradicionais, visto que embora correspondem a territórios, para o sistema econômico vigente correspondem a áreas de expansão futura.

internacional, seja na contemporaneidade. Isso possibilita trabalhar com o conceito de fundo territorial para além do período da colonização, visto que, mesmo quando ocorreu a dissolução da condição colonial, existiam significativas áreas para avançar no interior do seu próprio território.

Nessa perspectiva de interpretação, os Campos de Palmas, cuja porção sudoeste corresponde ao atual Oeste de Santa Catarina, pode ser compreendido como um fundo territorial e que durante o período de 1880 a 1940, foram desenvolvidas várias práticas espaciais com o intuito de incorporá-lo à sociedade brasileira (almejada pelas oligarquias) e ao sistema econômico capitalista (seja em relação à economia brasileira, seja mundial). Para que a incorporação desta área fosse consolidada, o processo de colonização foi fundamental, visto que é um fenômeno *perene*. Porém, é interessante frisar que essa consolidação não seria possível sem o desenvolvimento de ações que antecedem a comercialização de terras. Deste modo, não faz sentido compreendermos ou trabalharmos com uma visão que fragmente um histórico territorial em antes e após a colonização, ou ainda situarmos uma explicação que privilegie somente a migração¹⁷, fundação dos municípios ou eventos diplomáticos. A fundação dos núcleos coloniais a partir de 1917, não emergiu sobre um vazio geográfico e social, nem foi realizado de forma abrupta, mas resultante de um processo.

Embora o conceito de fundo territorial está muito vinculado com a expansão de modo de produção, permite trazer para a análise importantes questões geográficas que tem passado despercebido e/ou abordadas como um passado desconectado com os eventos mais contemporâneos. Isso porque ao integrar em um único e mesmo conceito, tempo e eventos que sempre foram interpretados como desconexos, ocorre um esforço analítico em identificar elementos que indicam uma continuidade processual, uma relação, algum vínculo que, se hoje parece desnecessário teve suas devidas motivações em determinados contextos.

Dentre estas temáticas que emergem podemos destacar o uso estratégico das significações espaciais de acordo com os interesses predominantes para a área em diferentes momentos, fazendo inclusive um uso estratégico das toponímias e das representações cartográficas. É conhecido que Barão do Rio Branco deu significativa importância para a alteração do nome do litígio com a República Argentina, recusando a antiga identificação da área¹⁸. Assim como também

¹⁷ Seja na perspectiva da história oficial, história local ou ainda da teoria moderna da colonização (MARX, 1973).

¹⁸ A área que ficou conhecida como Campos de Palmas foi território das Missões Jesuíticas, por isso, era identificada como Missões, assim como era identificada pela República Argentina. Rio Branco recusa a nomenclatura jesuítica por afirmar que nunca foi território das Missões. Trata-se de uma argumentação que visava endossar os interesses brasileiros no controle da área.

identificamos que a região também foi significada como sertão, porém, somente após a resolução do litígio internacional. Antes do término da querela, a área era identificada como Campos de Palmas. E lembramos que a nomeação de um local (com um nome propriamente e não uma expressão genérica como confins, sertão, deserto) é também uma forma de mostrar domínio sobre ele! Porém, é após ser identificada como Campos de Palmas que a área passou a ser identificada como sertão, o que pode parecer estranho em uma primeira leitura, todavia, torna-se totalmente compreensível do ponto de vista da formação territorial, visto que durante a existência do litígio era preciso demonstrar domínio sobre a área e uma vez resolvido este a identificação como sertão visava reforçar que não existiam habitantes locais para servir como justificativa do povoamento via colonização europeia.

Outra temática importante que pode ser explorada é sobre a produção do conhecimento geográfico, que foi efetuado pelos colonos-militares, pelas excursões exploratórias efetuadas pelas comissões demarcatórias e ainda por militares. Os relatórios produzidos por estes agentes correspondem a minuciosas descrições de flora e fauna, portanto, um registro da biogeografia local. Soma-se ainda a este tipo de material os levantamentos topográficos, as triangulações, os estudos técnicos de navegabilidade dos rios existentes, o mapeamento dos limites, das fazendas e títulos de terras já concedidos, entre outros. Em uma exposição muito breve podemos indicar duas principais importâncias para este tipo de material: a primeira é sobre permitir um maior conhecimento sobre as técnicas, procedimentos e quais conhecimentos eram utilizados para formar o território. Nos estudos territoriais, muito tem-se focalizado nas relações de poder entre os agentes e sobre a sua delimitação, porém, tem-se esquecido de considerar os procedimentos, instrumentos, saberes que foram empregados para consubstanciar este poder sobre um espaço. Bem como, possibilitar orientar uma determinada forma de relação com o espaço, visto que para efetuar a comercialização de terras (não apenas do Estado, mas de agentes privados) é primordial ter um banco de dados e acervo que possibilite dar continuidade a esse processo – cuja expressão máxima é a confecção das plantas cadastrais e a sua alocação na representação do espaço. Uma segunda contribuição está relacionada com a história da ciência, seja em relação aos instrumentos utilizados para medir as áreas, efetuar levantamentos topográficos ou ainda compreender o próprio avanço da ciência brasileira. Uma indagação sobre o papel do espaço no avanço da ciência e ainda o papel de determinadas áreas (com suas especificidades) para o aperfeiçoamento científico é uma linha de investigação que pode ser explorada.

Nos parágrafos acima já foi assinalado que o mapeamento realizado no final do século XIX foi fundamental para a comercialização de terras, o que só por isso, já indica que há a relação entre os tempos históricos, os quais têm sido situados como desconexos. E ainda podemos indicar que há uma relação entre a colonização e o domínio da área. Isso porque é a partir da colonização que ocorre o movimento da fronteira (seja ela identificada como de povoamento, agrícola ou econômica) e que é através dela, que é consolidada a integração de uma área que foi gradativamente disputada, partilhada entre poderes, analisada, mapeada, medida e parcamente conectada. Afirmo que o fenômeno da expansão territorial do capitalismo (ou da fronteira como preferem adeptos de Monbeig ou Martins, ou a colonização como propõe o pensamento social regional oestino) é parte fundamental da integração de um fundo territorial, mas a integração do fundo não começa com o alcance da fronteira. É oportuno referenciar a contribuição de Bosi (1992), já apresentada neste trabalho, que a principal característica da colonização é a perenização, consolidação. Em outras palavras, é a com a colonização que é consolidado um processo iniciado há um significativo tempo. A colonização não corresponde a um evento novo nesta área, mas sim a continuidade de um processo. A implantação dos núcleos coloniais é um momento importante para integração desse fundo territorial, mas a integração deste não começa com a colonização, mas sim com um conjunto de intervenções que ocorreram (e precisam ser efetuadas) anteriormente. Desse modo, pensando em questões teóricas, o conceito de fundo territorial empregado em uma perspectiva histórico-territorial amplia o escopo de abordagem, integrando um conjunto de intervenções territoriais que são fundamentais, prévias e também concomitantes a expansão (como a mensuração da terra para privatização e controle territorial e tributário, por exemplo).

Igualmente, situa e integra os conflitos decorrentes da expansão como elementares e não como partes de um momento antecedente, evitando possíveis equívocos que reforçariam o próprio *mito fundante* ou proposições similares. A proposta do ajuste espacial de David Harvey é importante subsídio teórico para compreender o processo de integração desse fundo territorial a partir de uma escala mundial e também de uma perspectiva que analisa o papel do espaço na reprodução do capital¹⁹. Uma indagação aqui é válida para explorar um pouco mais a discussão: Mas o ajuste espacial não corresponderia à construção de estradas, logo não seria tão próximo ao movimento da fronteira/colonização? A resposta no entendimento adotado é negativa. Porque para realizar o *ajuste espacial* é necessário

¹⁹ O exemplo emblemático do papel do espaço na acumulação de capital é a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Uma construção realizada em sua maioria com capital inglês, francês e belga e que resultou na expropriação de caboclos residentes na área que foi usada como pagamento desta obra.

o controle do espaço, seja em relação a questões de soberania (entre Estados), seja no controle da terra como propriedade privada. O controle demanda conhecimento, demanda partilha de espaços, demanda significação, demanda a ruptura de barreiras ideológicas e geográficas que Harvey menciona.

Ainda é importante destacar que *fundo territorial* e *ajuste espacial*, são conceitos criados e empregados no espaço acadêmico, o que evita confusões entre a conceituação elaborada no espaço acadêmico com as significações que os termos possam receber no pensamento social e/ou em discursos ideológicos. Não se objetiva, aqui, propor uma postura asséptica do pesquisador ou defender uma ideia que a ciência possa ser desenvolvida de maneira desvinculada das condições sociais, políticas e econômicas. O que se deseja pontuar é que, consciente de que uma mesma palavra empregada para se referir a eventos em comum pode ser empregada de forma muito distinta, considerando o lugar de enunciação²⁰ e o conjunto discursivo em que a mesma está inserida, podem-se empregar termos que não apresentam confusões com os usos e significados atribuídos no interior do pensamento social.

Por fim, restaria dizer que embora muito tem-se estudado a partir da colonização, pouco tem sido pensando sobre as implicações do emprego do termo, dos seus tempos e espaços incrustados, da sua moldura interpretativa. Bem como a proposta aqui apresentada não foi construída com o intuito de ou movida pela crença de conseguir explicar todas as indagações, mas de fornecer uma estrutura capaz de focalizar e desenvolver pesquisas, explorar temáticas “silenciadas pela moldura”. Enfim, compartilhar alguns questionamentos e ideias, para que, assim, quem sabe por ventura pela força ou fraqueza das mesmas, possam *conjug*ar novas ideias e inquietações, as quais lançadas novamente na condição processual da ciência, retornem ao seu local de origem.

²⁰ Lugar de enunciação: lugar social, científico, institucional, político etc., que é proferido o discurso.

Referências

- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- BUENO, Beatriz Picoloto Siqueira. Desenho e desígnio. O *Brasil dos engenheiros militares* (1500-1822). EdUSP, São Paulo, 2011.
- CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000.
- COSTA, Arthur Ferreira da. O Oeste catarinense – visões e sugestões de um excursionista (1929). In: CEOM. *A viagem de 1929*. Oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Ed. Argos. Chapecó. 2005.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de Interpretação Sociológica. Terceira edição. Zahar Editores, 1981.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. AnnaBlume. São Paulo, 2005.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1973.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. Editora Contexto, 2012.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo, Hucitec; AnnaBlume. 2002.
- MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias. *Geografia Crítica: a valorização do espaço*. São Paulo. Hucitec, 1984.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. “O sertão: um ‘outro’ geográfico”. *Revista Terra Brasilis*. Rio de Janeiro, 2003, p.II – 23.
- MORAES, Cristina de. *Uma velha moldura habitada por silêncios, um fundo territorial e seis verbos para integrar: a formação territorial do Oeste catarinense* (1880/1940). Tese de Doutorado em Geografia. Unesp, Rio Claro, 2018.
- NOGUEIRA, Carlo Eugênio. *O lugar da fronteira na Geografia de Pierre Monbeig*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, USP, 2013.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, Vol. V (suplemento), pp. 195-215, Julho 1998.
- ORLANDI, Enni Puccinelli. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Ed. Unicamp, Campinas, 1992.
- RAIMUNDO, Sílvia Lopes. Bandeirantismo e identidade nacional, *Terra Brasilis* [Online], 6 | 2004; <http://terrabrasilis.revues.org/375>; DOI: 10.4000/terrabrasilis.
- SAES, Décio Azevedo Marques. Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo. In: *Boletim Campineiro de Geografia*, v.06, n01, 2016.
- SILVA, Augusto; ROSA, Adenilson da. Antes do Oeste Catarinense: aspectos da vida econômica e social de uma região. In: *Fronteiras: Revista Catarinense de História* [on-line], Florianópolis, n.18, p.139-160, 2010. (Edição em 2011)
- SOUZA, Candice Vidal. Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado. In: *Sociedade e Cultura*, 1 (1), p.55-61, jan/jul, 1998.

Sobre a autora

Cristina de Moraes: É professora na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no curso de Geografia. É doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - Campus de Rio Claro e também realiza pós-doutorado no Programa de Pós-Doutorado em Ciências Humanas e Sociais, na Faculdade de Filosofia e Letras, da Universidade de Buenos Aires. Tem interesse em Geografia Histórica, Geografia Política, formação territorial, História da Geografia, História do Pensamento Geográfico, Epistemologia da Geografia.

* * *

ABSTRACT

The territorial fund concept to analyze the territorial formation of the West Catarinian between 1880 to 1940.

The present work presents a theoretical methodological proposal to study the historical geography of western Santa Catarina to contemplate a set of events and spatial practices that occurred in the period from 1880 to 1940. This proposal arose from the intention of extrapolating the majority approaches, which place focusing on geographic and / or historical issues that emerged from European colonization (1917/1920). The concept of territorial fund (MORAES, 2002) is indicated as central to jointly analyzing the practices and events that occurred before, during and after colonization. The present work is structured as follows: a brief introduction on the academic motivations for the development of research; followed by an explanation of the implications of the current knowledge of the territorial formation of Western Santa Catarina; as a third part it is discussed about the explanatory capacity of some concepts that are used to approach the territorial history of the object of study and finally, as a final part, the contributions that the concept of territorial fund can bring to understand the referred area are presented.

KEYWORDS: Concepts, Interpretative frame, Territorial fund, Western Santa Catarina, Colonization.

RESUMEN

El concepto del fondo territorial para analizar la formación territorial de la Catarinia Occidental entre 1880 y 1940.

El presente trabajo presenta una propuesta metodológica teórica para estudiar la geografía histórica del oeste de Santa Catarina para contemplar un conjunto de eventos y prácticas espaciales que ocurrieron en el período de 1880 a 1940. Esta propuesta surgió de la intención de extrapolar los enfoques mayoritarios, qué lugar centrándose en cuestiones geográficas y / o históricas que surgieron de la colonización europea (1917/1920). El concepto de fondo territorial (MORAES, 2002) se indica como central para analizar conjuntamente las prácticas y eventos que ocurrieron antes, durante y después de la colonización. El presente trabajo está estructurado de la siguiente manera: una breve introducción sobre las motivaciones académicas para el desarrollo de la investigación; seguido de una explicación de las implicaciones del conocimiento actual de la formación territorial de Santa Catarina occidental; Como tercera parte, se discute sobre la capacidad explicativa de algunos conceptos que se utilizan para abordar la historia territorial del objeto de estudio y, finalmente, como parte final, se presentan las contribuciones que el concepto de fondo territorial puede aportar para comprender el área referida.

PALABRAS CLAVE: Conceptos, Marco interpretativo, Fondo territorial, Oeste de Santa Catarina, Colonización.